

Ratos em festa: presença da peste bubônica em Campina Grande (1912)

Azemar dos Santos Soares Júnior*

Resumo: Este artigo tem por objetivo analisar a epidemia de peste bubônica na cidade de Campina Grande em 1912, bem como, as medidas de higiene publicadas pelos jornais da época. Foram medidas que compreendem desde a limpeza corporal, asseio de casas, ruas, bairros e em especial as regiões consideradas insalubres e ameaçadoras. A peste bubônica foi uma moléstia que sempre esteve presente no imaginário do medo em todos os povos e épocas, em especial, na Paraíba por não possuir um serviço de higiene eficiente que impedisse a sua chegada ao estado. Problematizamos ainda a bubônica e suas metáforas para percebermos por meio das notícias as sensibilidades dos sujeitos infectados. Para isso, utilizamos notícias vinculadas nos jornais *A Imprensa* e *A União*, além das inúmeras medidas solidificadas em leis e decretos criados para afastar a peste maligna.

Palavras-chave: Peste bubônica. Higiene. Sensibilidade.

Abstract: This article has the objective to analysis the bubonic plague epidemic in the city of Campina Grande at 1912, as well, the hygiene measures published by newspapers of the time. Were measured comprising since body cleansing, cleanliness of houses, streets, neighborhoods and especially regions considered unhealthy and threatening. The bubonic plague was a disease that always been present in the imagery of fear in all people and time, especially, in the Paraíba by not having an efficient hygiene service that preventing their arrival in state. We also problematize the plague and its metaphors to realize through the news the sensitivities of the individuals infected. For this, we use linked stories in the newspapers *A Imprensa* e *A união*, besides the various measures solidified in laws and decrees designed to remove the malign plague.

Key-words: Bubonic plague. Hygiene. Sensitivities.

* Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da UnB e mestre em História pela Universidade Federal da Paraíba. Pesquisa sobre o tema da História da Saúde e das doenças, medicalização escolar e higiene. E-mail: <azemarsosares@hotmail.com>.

“Quase todos os pequenos animaes de laboratório são muito sensíveis ao micróbio da peste. Este em cultura é muito pouco resistente, não só aos desinfectantes como aos naturaes elementos de desinfecção (desecação, arejamento, luz, etc). Quando porém, protegidos por uma ganga albuminosa, como acontece nos escarros, pus, etc, os bacilos resistem muitos aos agentes destruidores”.

(A União, 09 out. 1912)

“Conforme já é do domínio público, a peste bubônica acaba de manifestar-se na cidade de Campina Grande”, assim anunciava a edição de 3 de outubro de 1912 do jornal *A Imprensa*¹. Se durante o século XIX o cólera morbus e a febre amarela adentravam os corpos e neles se hospedavam, no início do século XX foi à vez da peste bubônica ocupar a vaga das enfermidades que entrava sem pedir licença. Ela representa o papel da doença vivenciada como uma invasão rápida e cruel. Contagiosa, a peste bubônica chegou à cidade de Campina Grande como um mistério e passou a ser temida de modo bastante incisivo pela sociedade.

Eram inúmeros os questionamentos que surgiam sobre a doença dentre os campinenses, bem como, aqueles profissionais que se dedicavam ao *Serviço de Higiene*. O que fazer quando uma doença que causa tanto medo a uma população inteira começa a se alastrar numa cidade? Quais precauções tomar? Como higienizar se a cidade não dispõe de um serviço de higiene, bem como, de uma educação hígida? Seria a peste bubônica sinônimo de morte? Independente do questionamento, na data da primeira publicação no jornal *A Imprensa* acerca da doença, já se registrava vinte e uma mortes causadas pela peste bubônica.²

Neste artigo, pretendo mostrar, como os jornais, *A Imprensa* e *A União*³, publicaram normas de conduta para a população. Eram notícias e correspondências concedidas aos jornais diretamente pelos médicos sanitaristas do *Serviço de Higiene Pública da Parahyba*. Reportagens que faziam referência ao que deveria ser feito para evitar o contágio, apresentavam cuidados básicos de profilaxia, mantinham a população informada e, ainda,

¹ O jornal católico *A Imprensa* foi fundado em 27 de maio de 1897 pelo primeiro arcebispo da Arquidiocese da Paraíba, Dom Aducto Aurélio de Miranda Henriques. O jornal tinha como finalidade a propagação da fé e dos princípios cristãos. Surgiu em um período de transformação na estrutura social brasileira com a implantação da República, a laicização e o início da romanização da Igreja Católica no Brasil e sua expansão com a criação de novas dioceses. Em 1903 fechou suas portas por falta de recursos para sua manutenção, reaparecendo apenas em 1912. Por questões políticas o interventor Ruy Carneiro ordenou o fechamento do jornal e depois de dois dias mandou reabri-lo, porém sua reabertura só se deu em 1946, período em que passou a funcionar em pequenos intervalos até 1968. Seu acervo encontra-se disponível no Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese da Paraíba. Cf.: VELOSO, Ricardo Grisi. História de A Imprensa. *Caminhando Juntos*. Páscoa não deve ser só chocolate. João Pessoa, n. 8, p. 5, abr. 2003.

² A *peste bubônica*, chamada simplesmente de peste, é uma doença pulmonar ou septicêmica, infectocontagiosa, provocada por *Bacillus pestis*, que é transmitido ao homem pela pulga do rato. A pandemia mais conhecida da doença ocorreu no fim da Idade Média, ficando conhecida como Peste Negra, quando dizimou grande parte da população européia. Os infectados com a doença apresentam febre alta, delírio, dores pelo corpo e finalmente, os bubões. Ver: LE GOFF, Jaques. *As doenças tem história*. Lisboa: Terramar, 1985.

³ Jornal oficial do Estado da Paraíba, fundado a 2 de fevereiro de 1893, no Governo de Álvaro Lopes Machado, é o terceiro jornal mais antigo em circulação no Brasil.

faziam severas críticas a má atuação da política sanitária estadual, no caso do jornal *A Imprensa*. Portanto, nesse passeio em meio ao mundo das doenças, tem por objetivo perceber a atuação do *Serviço de Higiene* diante a peste bubônica na cidade de Campina Grande, através dos jornais.

Metodologicamente dialogo com a História Social para discutir atuação do *Serviço de Higiene* em época de epidemia que ficou popularmente conhecida como “peste”. Para isso, me aproprio dos discursos médicos publicados diariamente, e que buscavam “zelar pelo bem da saúde pública”, evitando assim, a proliferação da enfermidade para as demais localidades do estado da Paraíba, em especial para a capital. Não bastava apenas informar a população, mas conscientizar. Para isso, passo a problematizar por meio das notícias de jornais a peste bubônica trazida pelos trilhos dos trens, as ações danosas sobre as pessoas, as medidas de higiene e as metáforas da doença.

Great Western: da modernidade ao pesadelo

As linhas ferroviárias que ligavam as cidades eram cotidianamente movimentadas devido às trocas econômicas e ao fluxo de passageiros que se deslocavam. Não seria diferente na Rainha da Borborema⁴ que nesse momento se destacava por sua produção algodoeira. Provavelmente, algum trabalhador ou comerciante infectado com a doença teria sido o condutor da peste, ou até mesmo, ratos que embarcavam escondidos nos vagões da *Great Western* e desembarcaram em Campina Grande. Com tráfego diário, a *Companhia Great Western* mantinha a cidade em contato com outras cidades próximas, além de ser local de passagem, limite entre o litoral e o sertão.

A edição de 16 de abril de 1912 do jornal *A União* trazia o anúncio da *The Great Western Of Brazil Railway Company Limited*, informando a população paraibana dos novos horários de partida e de chegada entre as estações passando a vigorar a partir de 22 do mesmo mês. Os novos horários conduziam passageiros que se deslocavam entre as cidades para negociar, para rever seus familiares, receber o progresso, ou simplesmente para serem infectados pelo pesadelo da peste bubônica.

As primeiras estradas de ferro do estado da Paraíba foram construídas ainda no século XIX, porém contemplavam apenas algumas cidades mais próximas da capital, ligando-as com os estados de Pernambuco e do Rio Grande do Norte. Da cidade da Parahyba partia a estrada de ferro Conde D’Eu, chegando em 1881 a cidade de Sapé onde nasciam as bifurcações,

⁴ Nome pelo qual é conhecida a cidade de Guarabira, primeiro pela sua localização geográfica – no centro da Borborema, e por seu destaque econômico na região.

estendendo-se dali até a cidade de Mulungú em 1882, para Pilar e Itabaiana em 1883, para Independência (antigo nome da cidade de Guarabira) em 1884 e para Alagoa Grande em 1901. Já nas primeiras décadas do século passado o itinerário também tinha um trajeto que ligava as cidades de Independência a capital potiguar. Para a realização de tal trajeto a população dispunha do serviço ferroviário nas segundas, quartas e sextas no sentido Natal – Independência, e nas terças e quintas Independência – Natal.⁵

Em um documentário intitulado *Great Western – A chegada do trem a Campina Grande*⁶, disponível nas páginas da internet, visualiza-se como a chegada da linha de ferro até aquela cidade seria sinônimo de progresso. Teria sido na administração do então prefeito Christiani Lauritzen, ou simplesmente, *o gringo*, como era conhecido. Sua proposta era estender os trilhos até a cidade de Campina Grande, para isso, dispunha de dois bicos de ferro, que poderiam vir de Alagoa Grande ou de Itabaiana. Mesmo possuindo o dobro de distância, foi resolvido construir a ligação pela cidade de Itabaiana, não apenas pela questão dos custos, mas também porque possibilitava o contado com a capital paraibana, bem como com a cidade de Recife. Em 1907 estava construída a estrada de ferro. Chegava agora, nas palavras da professora Maria José de Oliveira, a modernização “nos termos urbanos, nos termos de reforma, de higienização da cidade, de reforma estrutural e de pensar a sua população, vão ser construídos cinemas, cassinos e a influência da moda francesa.”⁷

Como um forte pólo econômico algodoeiro, a cidade de Campina Grande passou a transportar seus produtos mais agilmente, realizando suas trocas econômicas com a capital e também com o estado de Pernambuco. Permitiu ainda a entrada de novos padrões de condições de vida, de comportamento, de sedução, de modernidade. Permitiu a chegada do indesejado: a peste bubônica.

Em reportagem do jornal *A Imprensa*, fica claro um dos motivos que fez com que Campina Grande fosse imediatamente afetada pelo mal, “Cidade grande, muito habitada, ponto terminal da estrada de ferro, afluindo para ali, devido ao aumento do commercio, grande massas de pessoas de todas as partes, não possui Campina o mais insignificante serviço de hygiene.”⁸

A ausência de higiene pública muito contribuiu para a proliferação do mal, bem como em seu combate. Outras cidades já haviam vivenciado o drama da peste bubônica, era o caso

⁵ *A União*, 16 abr. 1912.

⁶ *Great Western – A chegada do trem a Campina Grande*. Direção de Milto. Campina Grande. 2009. 9:56 mim. Vídeo. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=It84pggaQHY>>. Acesso em: 10 abr. 2011.

⁷ Idem.

⁸ *A Imprensa*, 10 out. 1912.

de Recife registrada em 1902.⁹ Nos primeiros anos de 1912 a capital pernambucana também registrou alguns casos da peste, fazendo com que possivelmente tenha vindo de lá, em especial devido ao constante fluxo econômico travado entre as duas cidades. Não sabemos ao certo se quem primeiro chegou a Campina Grande para transmitir a doença fora o bacilo ou o rato, o que se sabe é que a peste chegou de trem. A peste chegou! E agora? O que fazer?

Os médicos daqui haviam verificado ultimamente apenas um caso de peste bubônica. Agora apareceu outro caso suspeito, acusando o doente de *symptomas pestoso*, como febre, dores pelo corpo, e ínguas. Os médicos seguiram nesse momento para o domicílio desse doente e já foram resolvidos a criminal-o. Posso adiantar tratar-se de mais um caso de peste.¹⁰

Na manhã de nove de outubro de 1912 circulava pelas ruas da cidade da Parahyba o jornal *A União* informando a população dos casos de peste bubônica que havia assolado a cidade de Campina Grande. Em formato de artigo, a notícia tinha como título “PESTE BUBONICA”, em letras maiúsculas e em destaque. Era preciso informar a população sobre o que era a doença, era preciso pedir ajuda, era preciso impedir que o mal se alastrasse para outras cidades.

A edição chamava “a atenção do nosso leitor, visto que tratava-se de matéria que nos interessa agora que estamos infelizmente com a epidemia manifestada em Campina Grande¹¹”. Logo abaixo, a notícia expõe a definição e a microbiologia da doença. É um artigo escrito pelo Sanitarista Oswaldo Cruz, cedido para o jornal *A União* a pedido do então Inspetor de Saúde dos Portos do Estado da Paraíba, o Dr. Flávio Maroja. Para melhor analisarmos, optamos por descrever a definição exposta pelo artigo:

DEFINIÇÃO: A peste é uma moléstia infectuosa e epidêmica caracterizada, na maioria dos casos, pela presença de bubões e produzida por um bacilo específico – o bacilo Yersin-Kitasato. A peste é uma moléstia aguda e febril microbiana, essencialmente contagiosa transmitindo-se de indivíduo a indivíduo por intermédio dos insetos, dos animais, da poeira e dos alimentos.¹²

Ao expor a “epidemiologia” da peste, o autor faz um passeio por todas as cidades brasileiras, que até o ano de 1912, sofreram as ações da bubônica, dando ênfase a cidade do Rio de Janeiro, que em 1905 sofreu os maiores danos, contabilizando “2.486 pessoas que

⁹ O jornal *A União* publicou informações sobre a peste em Santos no ano de 1899. “Daí estendeu-se para São Paulo, Rio de Janeiro, Campos, Niterói, São João da Barra, Petrópolis, Fortaleza, Porto Alegre, Paranaguá, Recife, Vitória, Aracaju, Belém, São Luiz do Maranhão e São Salvador da Bahia”. A Paraíba não era o primeiro estado a sofrer com a moléstia, outras regiões já haviam registrado centenas de mortos pela doença.

¹⁰ *A Imprensa*, 07 out. 1912.

¹¹ *A União*, 09 out. 1912.

¹² *Idem*.

sucumbiram de peste.”¹³ Os lugares mais afetados pela enfermidade no Rio de Janeiro tinham as mesmas características da Cidade de Campina Grande, eram os pontos “mais comerciais, onde abundam casas de comestíveis, assim como, os bairros habitados por proletários¹⁴”. O artigo ainda faz referência a microbiologia da doença na perspectiva de informar a população sobre “a importância do conhecimento morfológico¹⁵”, pois assim, os médicos sanitaristas conheceriam as formas de combater o mal. Vejamo-nas:

MICROBIOLOGIA: O micróbio da peste é um cocco-bacillo atracado, quando colhido num bubão é um ponto mais longo quando provém do sangue. Cora facilmente pelas cores da anilina, sendo a matéria corante fixada mais intensamente pelos poros do bacillo, o qual apresentam um espaço central não corado. Vezes que há o bacillo apresenta sob a forma espherica não só no bubão senão também nas culturas. [...] As formas de involução são communs.¹⁶

É no mínimo estranho que o jornal oficial do Governo do Estado da Paraíba traga em seu conteúdo apenas duas reportagens sobre a peste bubônica em Campina Grande. O número de vítimas são omitidas, assim como, a atuação do *Serviço Público de Hygiene*. Durante todo o mês de outubro de 1912, em que as notícias eram diárias nos jornais *A Imprensa* e em *O Norte*, no jornal *A União*, me deparo apenas com duas reportagens. Uma referente ao artigo sobre a peste acima apresentado e outro contendo algumas medidas higiênicas no combate a proliferação. Outra evidência da provável omissão do Estado deu-se através da diretoria do *Serviço de Hygiene* que não publicou o relatório acerca da atuação dos médicos sanitaristas, bem como, do estrago causado pelo mal.

Um dos pontos de inquietação do jornal *A Imprensa*, foi a não publicação e/ou apresentação ao Governo do Estado do Relatório com os dados da peste bubônica na cidade de Campina Grande. Em entrevista ao Diretor da *Repartição de Hygiene Pública*, o Dr. João Teixeira de Vasconcelos, publicada na edição de 03 de outubro de 1912 observa-se:

– Jornalista: – Mas, Dr. Desculpe a pergunta, parece que o governo não mandou publicar o relatório dos trabalhos dessa comissão...
– Médico: – Relatório?... Nós não apresentamos um relatório propriamente ao governo porque nos demoramos pouco em Campina Grande, e de viva voz, dissemos ao Dr. João Machado tudo o que nos cumpria. Posso assegurar que foram tomadas todas as medidas que o caso exigia, na conformidade dos recursos de que dispõe a repartição a meu cargo.¹⁷

¹³ *A União*, 12 out. de 1912.

¹⁴ *Idem*, p. 13.

¹⁵ *Idem*.

¹⁶ *Idem*.

¹⁷ *A Imprensa*, 3 out. 1912.

A atuação da *Repartição de Hygiene* também parece ter sido mínima diante a epidemia que se alastrava pela fria cidade campinense. Ao receber a notícia de que havia casos suspeitos de bubônica em Campina Grande o governo do Estado mandou seguir para aquela cidade “uma comissão de profissionais composta do Dr. João Teixeira de Vasconcelos, diretor da *Repartição de Hygiene*, e do Dr. Otávio Soares, médico da mesma repartição.”¹⁸ Tal comissão partiu da cidade da Parahyba em 28 de agosto e retornou dois dias depois, confirmando a má atuação desta comissão diante os casos de peste. Seria improvável que medidas enérgicas fossem tomadas ali para conter ou diminuir a proliferação da doença, trabalho que ficou a cargo dos chamados *Delegados de Hygiene* exercido pelo Dr Chateaubriand Bandeira de Melo e ainda um delegado extraordinário comissionado pelo governo, o Dr. Seixas Maia, bem como o Dr. Lemos Júnior, médico da hygiene. A comissão extraordinária rumou para Campina Grande em meados do mês de setembro “com ordens do governo para empregar todos os meios tendentes a debelar o terrível mal.”¹⁹

Os armazéns dos comerciantes estavam infestados de ratos, sendo facilmente encontrados vivos ou mortos. Era um sinal evidente da propagação da bubônica. Nos armazéns de algodão, por exemplo, do Snrs. Zumba Monteiro, João Vieira e F.H. Vergara & Cia, ou até mesmo na casa do Sr. Augusto de Brito Lyra apareceu uma grande quantidade de ratos mortos. Um empregado do tal armazém “logo depois que retirou os ratos mortos, foi acometido do mal e morreu.”²⁰

Insatisfeita com o pouco interesse em acudir os acometidos pela peste, a população campinense, em especial os comerciantes contrataram um médico especializado em bactérias para encontrar formas de combater a doença, bem como, as medidas preventivas. É o que observamos no telegrama abaixo:

Campina Grande, 5 – O Dr. Octávio de Freitas por diversos commerciantes desta praça, a fim de fazer aqui o exame bacteriológico que reputamos o único meio capaz de affirmar ou desmentir cathegoricamente ser realmente peste bubônica a doença estranha que aqui appareceu, como também esperamos que o Dr. Octávio de Freitas venha nos dar a verdadeira orientação a respeito das medidas que devem ser postas em pratica para combater o mal e desaparecer o pânico de que se acha apoderada a população campinense, pânico esse que tem sido grandemente prejudicial ao commercio desta importante cidade. – Correspondente.²¹

Não era apenas trazer para a cidade um especialista no assunto, mas num profissional de confiança dos próprios comerciantes que já se sentiam prejudicados com a ação da

¹⁸ *A Imprensa*, 3 out. 1912, p. 03.

¹⁹ *Idem*.

²⁰ *Idem*, p. 04.

²¹ *A Imprensa*, 7 out. 1912.

epidemia. Manter comércio com Campina Grande nesse momento era sinônimo de contágio, e nenhuma cidade queria o mesmo destino para si. O inconformismo com a *Repartição de Hygiene* era tanta que o jornal *O Norte* publicou um telegrama acusando os políticos municipais e estaduais a “responsabilidade sobre o referido mal”, pois até então “não foram tomadas as medidas necessárias afim de evitar a propagação do mesmo.”²²

Em denúncia feita pelo Dr. Paulo Affonso Campos e publicada na edição de 10 de outubro de 1912 do jornal *A Imprensa*, foi possível perceber no discurso, aspectos da imundície que se alastrava pela cidade de Campina Grande, compactuando com a difusão do reino da bactéria. A cidade teria contra si “a falta absoluta de hygiene e a incredulidade da maioria de seus habitantes, tornando-se por consequência, difícil sem medidas enérgicas, evitar a propagação do mal pestoso”²³, que prossegue afirmando a não existência de

Latrinas nas casas, os quintaes sem esgoto, o açude sem sangradouro, servindo de receptáculo a todas as dejectões, as ruas sujas, os hotéis sem asseio, não poderia deixar de sofrer mais dias menos dias a ação de uma doença aterrorizadora como o é a peste bubônica. Tudo isso é horrível e desanimador; porém nada me attestou tanto o atraso daquelle logar como a immundicie do mercado onde é exposta, à venda, a carne verde.²⁴

Chega a ser repetitivo a forma com que o jornal *A Imprensa* insiste em denunciar a insalubridade da cidade campinense. Na mesma edição de 10 de outubro de 1912 o jornal reserva duas reportagens contendo quase que exclusivamente a descrição da falta de hygiene nas ruas, nas casas, em determinados pontos da cidade. “Para quem apellar?”. Assim perguntava mais um telegrama, seguido da descrição fétida da cidade:

Continua aqui a mortandade dos ratos e gatos. Hontem verifiquei que haviam ratos mortos pelas ruas. Não foi tomada nenhuma providencia sobre o péssimo estado hygienico da cidade: os porcos continuam a perambular pela cidade como se fossem cidadão estrangeiros em terra conquistada; os quintaes das casas são verdadeiras estrumeiras. É a porcaria triumphando. [...] Entre outras belezas municipaes, existe aqui, atrás da casa do Monsenhor Salles, logar para onde convergem os fundos de diversas outras casas um monumento de lixo... perto do lixo já se deram casos fataes.²⁵

Algumas cidades como Recife e Campinas já policiavam por meio de seus inspetores de hygiene os bairros e zonas almejando a higienização dos espaços. Portanto, como nos mostra José Tavares Correia de Lyra²⁶ ao afirmar que a desodorização dos espaços públicos se estendia para dentro das habitações urbanas. Em seus quintais, por exemplo, seria proibida

²² *A Imprensa*, 10 out. 1912.

²³ *Idem*, p. 6.

²⁴ *Idem*.

²⁵ *A Imprensa*, 14 out. 1912.

²⁶ LIRA, José Tavares Correia de. Recortes da cidade: códigos da divisão e da vida comum no império. VI *Seminário de História da Cidade e do Urbanismo*, Natal, n. 6, p. 65-91, 2000.

a criação de porcos, não se podia conservar qualquer uso que seja de fogões ou fogareiros, muito menos acumular lixo na frente das casas, ou ainda permitir jogar águas na rua até uma determinada hora do dia. Da mesma forma, pessoas embriagadas e animais como cães, cabras, ovelhas e porcos, seriam igualmente impedidas de divagar pelas ruas e praças da cidade. Tão pouco correr cavalos pelas ruas e pontes da cidade seriam permitidos.

A situação começa a tornar-se preocupante em Campina Grande com o aumento do número de vítimas infectadas com a peste bubônica, fazendo com que “algumas famílias alarmadas resolvam retirar-se da cidade”²⁷, em especial devido a chegada de outra peste que também deu sua contribuição para aumentar o medo, o número de doentes, o índice de mortos. Era a varíola que chegava para preocupar a população e os médicos sanitaristas. Sequer havia-se combatido a peste bubônica, e já se registravam casos de varíola, era como “se aquella cidade parahybana fosse um pedaço do litoral asiático onde reinam as epidemias malárias e os povos nômades da barbárie.”²⁸ “A situação de Campina Grande é de causar piedade” diziam os médicos sanitaristas. A necessidade de investir na reestruturação do espaço somava-se a exigência de limitar os contatos e comunicações entre grupos e indivíduos, o que recomendava a construção de hospitais e cordões sanitários no combate aos focos epidêmicos. Agora mais que nunca se fazia necessário combater as doenças. Agora mais que nunca era preciso exterminar a imundície.

O combate ao “triumpho da porcaria”

“O poder público, com sua compreensão nítida de suas graves responsabilidades, deve prover as necessidades públicas”. Assim respondia o Dr. João Teixeira de Vasconcelos a mais uma inquietação do jornal *A Imprensa*, afirmando o empenho e dedicação do governo estadual no combate a peste bubônica. Para isso, medidas foram tomadas e publicadas nas páginas dos jornais, em especial, no semanário católico que destacava em suas páginas o pedido de socorro da “Rainha da Borborema”, bem como, as medidas tomadas pelos poderes, municipal e estadual.

Detectar os primeiros casos ia além de perceber um sujeito acometido de febre alta acompanhada de delírios. A preocupação parece mesmo se intensificar com o aparecimento de tumores espalhados pelo corpo dos pacientes. As características do corpo adoecido lembravam aquelas dos acometidos de peste bubônica, o que seria possível devido ao contato feito diariamente com a cidade do Recife que havia naquele mesmo ano registrado alguns

²⁷ *A Imprensa*, 14 out. 1912.

²⁸ *A Imprensa*, 24 out. 1912.

casos confirmados. O povo alarmado pelo medo de ter seu corpo invadido pelo mal passou a exigir confirmações e métodos urgentes de combate a doença.

Ao chegar a cidade de Campina Grande, o bacteriologista Octávio de Freitas, ao realizar exames num homem que sentia febre, delírio e bubões pelo corpo, deu seu ultimato: “O caso suspeito de que tractei hontem foi averiguado ser peste bubônica, e acaba de apparecer a notícia de outro caso suspeito, logo que se proceder a averiguação mandarei as informações que me cumprem.” Em pouco tempo a doença ganhava espaço, invadia corpos, destruía famílias, matava esperanças. Seria mesmo a peste bubônica sinônimo de morte? Ao certo, percebemos pelos clamores publicados nos jornais a necessidade de combater o avanço da doença, para isso, medidas de higienização urgiam.

Seria mesmo possível ficar extinto um mal sem medidas rudimentares de higiene como isolamento e desinfecção? Esta era uma das questões que os campinenses interessados no fim da peste se perguntavam. O medo do mal era tanto que alguns médicos afirmavam ser a peste bubônica “uma invasão mais bárbara que a dos cangaceiros!”²⁹ Seria o que Michel Foucault chamou de medo urbano ou medo da cidade, uma espécie de angústia diante da cidade que vai se caracterizar por vários elementos como o medo pelo amontoamento da população, das casas altas demais, da população numerosa demais, medo das epidemias urbanas, dos cemitérios que invadiam as cidades, medo dos esgotos. À medida que a cidade se desenvolvia, crescia a inquietude político-sanitária que se forma em decorrência do desenvolvimento do tecido urbano.³⁰

Em pronunciamento de outros médicos como o Dr. Paulo Affonso percebe-se a propagação do medo via utilização de dados danosos a outras cidades: “Quando grassou essa mesma doença em Santa Maria no Rio Grande do Sul, a Municipalidade, entre outras medidas enérgicas que tomou, destruiu pelo fogo, diversas casas, consideradas focos do mal, conseguindo extingui-lo em pouco tempo.”³¹

Tal anúncio aumentava a preocupação das pessoas que tinha contra si “a falta de absoluta hygiene e a incredulidade da maioria dos habitantes, tornando-se por consequência evitar a propagação do *mal pestoso*.”³² Apesar de ser visível um destaque econômico e um leve processo de modernização a cidade parecia não possuir o mais insignificante serviço de

²⁹ Expressão do diretor da *Repartição de Hygiene* ao referir-se sobre as ações danosas da peste bubônica para as cidades infestadas.

³⁰ FOUCAULT, Michel. *A microfísica do poder*. São Paulo: Graal, 2009.

³¹ *A Imprensa*. 10 out. 1912.

³² Idem.

higiene pública. Portanto, uma educação higienista deveria as pressas ser implantada em Campina Grande. Medidas enérgicas deveriam ser tomadas. A população corria sérios riscos.

O primeiro passo foi seguir o exemplo do estado de Pernambuco em momento de peste: desinfetar os trens que mantêm contato com outras cidades. Assim, evitaria a sua chegada a capital e também a presença de outros novos casos. O médico sanitaria Teixeira de Vasconcelos advertia que “é preciso que os trens sofram uma rigorosa desinfecção em Itabaiana e que todos os passageiros que viajarem nesses trens, fiquem sob vigilância da repartição de hygiene.”³³

Como sugestão dos sanitaristas o governo deveria cessar o tráfego da *Great Western* entre a cidade de Campina Grande e qualquer outra localidade, e até que essa medida seja realmente posta em prática é imprescindível um rigoroso serviço de desinfecção dos comboios que partirem dos locais afetados. As recomendações seguem afirmando que:

[...] na primeira estação a partir de Campina Grande, enquanto não cessar o tráfego deve haver o pessoal tecnico encarregado de fazer essa desinfecção. É uma medida de óbvia intuição e que ainda não foi deliberada. [...] Os médicos devem em activa vigilância sanitária ordenando a limpeza geral da cidade e cuidado principalmente das casas commerceaes onde existe depósitos permanentes de viveres que abastecem os mercados e as numerosas famílias de ratos.³⁴

“A salvação do povo” era o dever público, por isso, clamavam-se as ações dos poderes públicos. O chefe político do estado Dr. João Machado, que por sinal também era médico, divulgava dispor de “uma solicitude exemplar no que toca a hygiene publica.”³⁵

De acordo com o relatório da *Diretoria Geral de Higiene* publicada no jornal *A União*, na edição de nove de outubro de 1912, a população deveria ser informada em como se prevenir da doença. Intitulado “Precauções contra a peste bubônica” a edição trouxe a descrição da doença contendo passo a passo as formas de evitar o contágio da doença. O primeiro e principal cuidado refere-se diretamente ao corpo, que deveria ser hígido. Era mais que uma obrigação, era uma forma de evitar o contágio com a doença. Por se tratar de uma doença contagiosa o corpo deveria ser protegido, resguardado de todo contado com lugares e objetos suspeitos de infecção, e também, tudo aquilo que pudesse ser digerido. São preceitos de uma educação higienista que começava a ser implantada em momento de risco. Segundo esses preceitos educacionais de higiene, o principal deles é cuidado com o corpo, podendo ser possível através de:

³³ *A Imprensa*, 03 out. 1912.

³⁴ *A Imprensa*, 14 out. 1912.

³⁵ *A Imprensa*, 03 out. 1912.

- 1° Assear o corpo que deve ser mantido por meio de banhos gerais ou por meio de abluções feitas com líquidos antisépticos.
- 2° Verdadeiro asseio das vestes, principalmente das roupas brancas que estão em contato com o corpo.
- 3° Proteger o corpo, especialmente o ventre e os pés contra o frio e a humidade.
- 4° Regularizar os hábitos de vida, manter um regime moderado, fazendo exclusão dos alimentos indigestos, irritantes, fructos verdes e de qualquer alimento não cozido.
- 5° Ter cautella com a água potável que deve ser sempre fervida.
- 6° Evitar as causas de esgotamento physico e depressões moraes, as vigílias prolongadas e os excessos de qualquer natureza.
- 7° Evitar a aglomeração de indivíduos, assim como o contato com pessoas recém chegadas dos lugares contaminados ou suspeitos.
- 8° Levantar em consideração qualquer indisposição que sinta aconselhando-se logo com o médico de sua confiança.
- 9° Conservar resguardado e coberto qualquer solução de continuidade da pelle, o que se pode conseguir por meio de sparadrappo (sic.) e do collodio elástico.
- 10° Sair o menos possível à noite, afim de evitar o ar frio e muitas vezes humido.³⁶

A água que protege. Assim deveria passar a ser vista a água. O banho agora não tinha apenas a função de deixar a pele limpa e cheirosa, mas também a defesa contra o *mal pestilento*. Lavar sempre as mãos e o rosto e utilizar produtos que contivessem etanol, por exemplo, eram desejados para evitar que a bactéria invadisse seus corpos. Tudo que estivesse em contato direto com o corpo também deveria ser asseado. As vestes brancas não possuíam apenas a importância do olhar sobre o corpo, mas por permitir que se compreenda melhor as condições de limpeza do corpo.

Para Georges Vigarello o traje é também uma estrutura, um arranjo entre os tecidos de cima e os de baixo, por exemplo, uma espécie de arquitetura entre os materiais. Nesse sentido a roupa de baixo seria a pele, protegida pela roupa de cima – traje, de lã, etc – com a importância de proteger o que está recoberto.³⁷ É aí que mora o jogo da limpeza: a troca de roupas requer a limpeza da pele com água, bem como, a limpeza das outras roupas que se encaixa sobre a pele. Dessa forma, a limpeza corporal vai ganhando destaque nas sociedades e, em especial, trava uma guerra com o mundo das doenças, da sujeira, do caos.

O mesmo asseio serve para os alimentos ingeridos e com a água que se bebe. Buscar a procedência parecia ser uma forma de torná-lo consumível. Manter distante do contato das moscas e dos lugares de alcance dos ratos era lei. Qualquer descuido na higiene poderia ser fatal nos tempo da peste. Por ser uma doença que “penetra no organismo pelas feridas,

³⁶ *A União*, 09 out. 1912.

³⁷ VIGARELLO, Georges. *O limpo e o sujo*. Uma história da higiene corporal. São Paulo: Martins Fontes, 1996, p. 58.

escoriações e qualquer solução continuidade existente no corpo e nas vias respiratórias e digestiva”³⁸ é aconselhável afastar-se dos lugares fechados e muito habitados, em especial nos horários noturnos onde Campina Grande torna-se mais fria e úmida.

Ora, essas primeiras medidas estão relacionadas diretamente ao corpo, as normas de conduta dos indivíduos. Os primeiros cuidados dizem respeito ao asseio do corpo, ele deve ser hígido, limpo. Tudo que seja associado à sujeira, a imundície deve ser afastado de si. É sem dúvida uma ação histórica que esteve presente no processo de higienização do corpo na Paraíba. Conforme Peter Burke a história do corpo surge a partir da história da medicina, portanto, é por meio das doenças que faz-se necessário expurgar a imundície, afastar de si todas as características que possam representar sinais propícios para as doenças.³⁹

Os domicílios também receberam destaque na educação higienista da *Diretoria Geral de Hygiene*. Defender os corpos, passa pelo asseio da casa, para isso, as instruções foram as seguintes:

- 1º Não receber pessoas vindas de outros logares contaminados que podem ser portadores da moléstia.
- 2º Ter todo cuidado em relação a procedência dos gêneros alimentícios que devem ser de boa qualidade e não venham de lugar suspeito.
- 3º Ter especial atenção na lotação dos domicílios, especialmente os aposentos de dormir que devem possuir cubagem suficiente para cada pessoa.
- 4º Manter a pureza do ar dentro das habitações o que se contém pela bastante ventilação e arejamento da casa.
- 5º Manter o maior asseio possível das casas tendo especial atenção não só para o assoalho como para as paredes e móveis que devem ser limpos por meios de pannels ou esponjas humedecidas em líquidos antisepticos.
- 6º Os utensílios domésticos devem ser lavados em água fervendo.⁴⁰

Essa forma de asseio domiciliar tem a função de combater diretamente a difusão da doença e de seus agentes como os insetos e parasitas, como as pulgas e ratos. Afinal, onde existe a peste “a destruição desses parasitas são de grande valor.”⁴¹ Dentre as medidas de indicação no combate a peste bubônica, salienta-se que o corpo deve ser protegido do invasor. São as mulheres, donas de casa, que terão a maior responsabilidade por essa tarefa, educar sua família a partir dos princípios higienistas. Sabe-se que nos primeiros anos do século XX, são elas, as donas de casa, que respondem pelos cuidados de seus maridos e filhos.

Nas famílias, por exemplo, a mulher pertence a seu marido, que com virilidade a toma, logo depois, passam a pertencer aos filhos que as absorvem. Por fim, a mulher passa a

³⁸ *A União*, 09 out. 1912.

³⁹ BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Zahar, 2008, p. 68.

⁴⁰ *A União*, 09 out. 1912.

⁴¹ *Idem*.

pertencer a suas casas, na cotidiana tarefa de limpar, cozinhar, passar, etc, conseqüentemente, embora as medidas profiláticas sejam repassadas a população de forma geral, são as mulheres que as executam em seus lares.

A questão de assegurar a pureza do ar em uma cidade foi uma das questões discutidas por Michel Foucault sobre a medicina urbana. As construções altas e aglomeradas impediam o ar sadio, bloqueavam sua circulação nas casas, nos recintos. Manter os espaços arejados no espaço urbano era, portanto, manter o bom estado de saúde da população. Para o autor,

O ar tinha uma influência direta sobre o organismo, por vincular miasmas ou porque as qualidades do ar frio, quente, seco ou úmido em demasia se comunicavam ao organismo ou, finalmente, porque se pensava que o ar agia diretamente por ação mecânica, pressão direta sobre o corpo. O ar era, então, considerado um dos grandes fatores patógenos.⁴²

Enfim, a boa circulação do ar, assim como a limpeza da água era sem dúvida preocupação central da medicina urbana, por meio de seu abastecimento e controle. Assim, assegurar a boa qualidade destes seria o mesmo que garantir a não difusão da peste para outras pessoas e lugares.

Os jornais se encarregavam de explicar todas as medidas a serem realizadas dentro dos domicílios. Em “Sobre a peste bubônica”, publicada na edição de 11 de outubro de 1912, postulou-se que não bastava travar uma luta contra a doença, mas em especial contra o seu transmissor: os ratos. Assim, “para destruir os ratos o melhor processo é apanhá-los por meio de ratoeiras, matando-os depois com água fervendo”⁴³ como também os “cães rateiros e os gatos também podem ser empregados para caçá-los, mas é preciso ter cuidado com estes animais que podem adquirir a peste e tornarem-se fontes de contágio.”⁴⁴ Outra medida que pode ser adotada é o envenenamento dos ratos por “meio de crassa phosphorada estendida entre duas fatias de pão e queijo, ou por meio de arsênico.”⁴⁵

A caçada começava. Parecia ser uma verdadeira corrida entre gatos e ratos. Porém era preciso ter sempre cuidado, mesmo morto o rato poderia

[...] transmitir a doença, portanto, não deve-se tocar nos cadáveres senão depois de ter despejado água fervendo sobre eles, afim de destruir as pulgas que os infestam, um outro meio eficaz de destruir esses parasitas consiste em enssopar de querosene o cadáver do rato e atear fogo.⁴⁶

Inúmeras outras medidas eram indicadas pelos relatórios como isolar objetos, limpar salas e quartos, não deixar em hipótese alguma resto de alimentos, desinfetar diariamente os

⁴² Apud FOUCAULT, 2009, p. 90.

⁴³ *A União*, 11 out. 1912.

⁴⁴ *Idem*.

⁴⁵ *A União*, 11 out. 1912.

⁴⁶ *Idem*.

aparelhos sanitários, lavar tudo com água corrente, assear usando sulfato de cobre e de ferro com ácido carbônico, não acumular lixo, ter o maior cuidado na alimentação e nas bebidas, etc. Qualquer solução de destruição para os ratos, gatos e bactérias era bem vindas, porém, nas ruas “nem ao menos um pouco de pixe ou kerosene foi queimado sobre os detritos infecciosos que se acham amontoados.”⁴⁷

O jornal *A Imprensa* relatou a situação de algumas casas consideradas insalubres. A notícia revelava que:

Existe um quarteirão chamado dos sete quartos pelas sete espeluncas lá existentes. Do quintal destes quartos sem aparelho nem outra sorte de acomodações sanitárias, desprendem um mal cheiro insuportável, toda sorte de detritos e porcarias acumuladas. É este um fato digno de visitas rigorosas da Hygiene pelo estado sanitário, de nossa cidade que não é dos melhores e pela vizinhança de terríveis pestes cujos micróbios não desdenharão de certo, a petisqueira da imundície como esta de que falamos.⁴⁸

Contra situações do tipo, a *Comissão Médica da Hygiene Pública* começou a fazer a desinfecção nas casas em que moravam pessoas vítimas de bubônica e na sua vizinhança. Também contratou carroças para mandar realizar a limpeza das ruas e destruir os monumentos de lixo que se erguem nas vias públicas de Campina Grande.

O medo da peste bubônica se alastrava por toda parte. Como medida de precaução foi votada pelos deputados estaduais uma lei que culminou com a criação de um hospital para o isolamento de todos aqueles que contraíram a doença no Estado. A Lei de número 578, de 26 de outubro de 1912, determinava ainda a construção nesse hospital de um forno de incineração para queimar todos os cadáveres resultados da peste bubônica. Era preciso eliminar todas as possibilidades de contágio. Nesse sentido, medicalizar seria enviar os portadores da peste para fora na tentativa de purificar os outros, um lugar fora dos muros da cidade onde o doente iria misturar a peste com a peste dos outros, o que seria uma prática historicamente inconcebível tratando-se de peste bubônica. Segundo Michel Foucault,

[...] o poder político da medicina consiste em distribuir os indivíduos uns ao lado dos outros, isolá-los, individualizá-los, vigiá-los um a um, constatar o estado de saúde de cada um, ver se estar vivo ou morto e fixar, assim,, a sociedade em um espaço esquadrinhado, dividido, inspecionado, percorrido por um olhar permanente e controlado por um registro, tanto quanto possível completo de todos os fenômenos.

Ou seja, a peste não caberia mais a exclusão, mas o internamento, não mais o enclausuramento fora da cidade, mas sim, sua análise minuciosa, individualizada, observação constante, o método da vigilância, uma educação médico-sanitaria militar, revista diária. Para

⁴⁷ *A Imprensa*, 10 out. 1912.

⁴⁸ *A Imprensa*, 21 out. 1912

isso, faz-se necessário analisar os “lugares de acúmulo e amontoamento de tudo que no espaço urbano, pode provocar doença, lugares de formação e difusão de fenômenos epidêmicos ou endêmicos.”⁴⁹

De acordo com os jornais⁵⁰ que versaram sobre a peste bubônica, na cidade de Campina Grande, quase nenhuma atuação do poder municipal foi citada nas reportagens. Nesse tempo, governada pelo Capitão Christiani Lauritzen, a cidade parecia estar entregue as moscas, ou melhor, ao lixo, pois, a limpeza desta, era obrigação da Prefeitura Municipal. Nas reportagens, as únicas referências destinadas ao político são clamores por ações de higiene urbana:

Ao ilustre Capitão Chistian Lauritzen levamos em nome a população campinense uma súplica de misericórdia, para que S.S. faça com que a gente ás suas ordens mande proceder um serviço de saneamento nas ruas da cidade de Campina Grande, porque do contrário a peste dali dificilmente se arredará.⁵¹

Nesse momento, em que Campina Grande parecia um imenso hospital, a atenção voltada para a saúde tinha por principio constitucional a autonomia estadual e municipal, restringindo assim uma ação coordenada em âmbito federal. É o que afirmam Nísia Trindade Lima e Gilberto Hochman:

No arranjo federativo cabia aos poderes locais o cuidado com a saúde da população. Ao governo federal competia as ações de saúde no Distrito Federal, a vigilância sanitária dos portos e a assistência aos estados da federação, em casos previstos e regulados constitucionalmente. O órgão federal responsável era a Diretoria Geral de Saúde Pública (DGSP), criada em 1987 como parte da estrutura do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.⁵²

Porém, vale ressaltar que toda atuação no combate a proliferação da bubônica, na educação higienista e na limpeza da cidade, ficou exclusivamente a cargo do poder estadual que também contou com ajuda do governo federal que “atendendo o pedido do Dr. João Machado, vai mandar para Campina Grande uma comissão de médicos fluminenses que trazem a incumbencia de adotar as medidas necessárias para a extinção da peste em Campina

⁴⁹ Apud FOUCAULT, 2009, p. 89.

⁵⁰ O jornal *A Imprensa*, enquanto veículo midiático cristão buscou mostrar as faces nebulosas do mal pestoso, afim de, concretizar uma educação higienista urbana e dos corpos não só em Campina Grande, mas nas cidades em que o jornal circulava. Sem dúvidas, os espaços invadidos pela doença possuíam monumentos de lixo, porcos passeando as ruas como cidadãos, açudes pútridos, ruas com esgotos a céu aberto, uma população desinformada. As pessoas disputavam os espaços com gatos, ratos, cães. A sujeira parecia reinar. Assim estava Campina Grande em 1912. Assim, *A Imprensa* nos revelou Campina por meio de seus discursos.

⁵¹ *A Imprensa*, 10 out. 1912.

⁵² LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, G. Condenado pela raça, absolvido pela Medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitário da primeira República. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (Orgs.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz/FCBB, 1996, p. 23.

e os meios de prevenir a sua invasão nas outras partes do estado.”⁵³ Tal fato fez a “população estar ansiosa pela chegada dos médicos que vem do Rio de Janeiro”⁵⁴ que dispõem de meios absolutamente suficientes e eficazes para a profilaxia da cidade.

O mesmo se deu em relação ao *surum anti-pestoso*, que a mando do Dr. João Teixeira de Vasconcelos em tempos dos primeiros casos de peste bubônica pediu para o Rio de Janeiro uma remessa de cem tubos do líquido “milagroso”, que após chegar à capital, o Diretor mandou seguir para Campina Grande cinquenta tubos para serem utilizados na cura dos pestilentos.

Michel Foucault postulou a organização de um saber médico estatal que seria “a normalização da profissão médica, a subordinação de vários médicos a uma administração central e finalmente a integração de vários médicos em uma organização médico estatal.”⁵⁵

Dessa forma, estava teoricamente organizada o *Serviço de Higiene Pública do Estado da Paraíba*, dispondo de funcionários médicos nomeados pelo governo com a responsabilidade sobre uma região, seu domínio de poder ou de exercício a autoridade de seu saber. A existência de uma hierarquia médico-sanitária era notória. A repartição possuía uma direção localizada na Capital, e vários médicos Delegados de Higiene que possuíam a responsabilidade sobre uma população entre seis e dez mil habitantes, como era Campina Grande em 1912. As regiões com população superior a “trinta e cinco mil habitantes ficavam sob a responsabilidade do médico administrador”⁵⁶, que em geral era o diretor do *Serviço*.

Essa forma de organização possibilita acumular informações médicas sobre a população, detectando epidemias, falta de salubridade, taxas de natalidade e mortalidade, ausência de higiene pública, dentre outras. Na Paraíba esse tipo de trabalho deveria ser desenvolvido pelos Delegados de Higiene e enviado as informações em forma de relatório diário a administração superior. De fato, o que acontece é uma atuação desses profissionais quase que exclusivamente em momentos de perigo, quando a peste chegou.

Com a atuação do *Serviço Público de Higiene do Estado da Paraíba* percebe-se que este fora eficaz no discurso, em especial nas edições dos jornais lançando medidas possíveis de evitar a proliferação da doença. Na prática as coisas não funcionavam da mesma forma. Ainda era pequeno o numero de médicos sanitaristas, e os que possuíam, pareciam estar todos concentrados na capital, deixando as repartições de higiene das cidades em verdadeiros

⁵³ *A Imprensa*, 10 out. 1912.

⁵⁴ *A Imprensa*, 14 out. 1912.

⁵⁵ Apud FOUCAULT, 2009, p. 84.

⁵⁶ *Idem*.

prédios fantasmas. Enquanto isso, o imenso hospital que Campina Grande se tornara, sofria com a peste bubônica, criando cotidianamente suas metáforas.

As metáforas da peste bubônica

Há tempos atrás, saber que um sujeito portava uma doença como a peste bubônica equivalia a ouvir uma sentença de morte. Hoje não seria diferente, ao detectar ser portador de câncer, por exemplo, equivaleria a morte no imaginário popular. No livro *Doença como metáfora*, a autora Susan Sontag, apresenta a relação existente entre o nome da doença com o seu portador:

Não é, em si, o ato de nomear que é pejorativo ou condenatório, mas sim o nome ‘câncer’. Enquanto essa enfermidade em particular for tratada como um predador invencível e maligno, e não só como uma doença, a maioria das pessoas com câncer se sentirá de fato desmoralizada ao saber que tem a doença.⁵⁷

Não fora diferente em 1912. Os pacientes eram informados de suas mazelas, sendo-lhes contada “toda a verdade”, no sentido de reiterar o conceito da doença, desmistificá-la. No caso de algumas doenças poderia se esconder sua identidade por algum tempo, aqui me refiro ao câncer e a tuberculose. Porém o mesmo parecia não se aplicar a peste bubônica. As metáforas ligadas ao *mal pestilento* sugerem um processo rápido de um tipo alarmante e aterrador.

Portanto, a proposta do trabalho foi tentar observar em algumas notícias de jornais, as metáforas a bubônica que assolou a cidade de Campina Grande no ano de 1912. Para isso, o objetivo era perceber no estranhamento do passado os sentidos e as motivações ocultos no tempo, como as sensibilidades. Seria possível encontrar sensibilidades numa doença que rapidamente leva a morte? Sandra Pesavento afirma que para o historiador na construção de sua versão sobre o passado, é preciso encontrar a tradução externa das tais sensibilidades geradas a partir da interioridade dos indivíduos.⁵⁸ É preciso que aquele requisito básico para a tarefa do fazer história esteja presente na narrativa por meio do que chamamos de marcas da historicidade, ou simplesmente fontes, registros. As fontes revelam os traços deixados pelo passado, onde os homens sentiam e agiam de forma diferente. Essas marcas podem ser nomeadas como evidências do sensível. Dessa forma, busca-se por meio de uma educação no

⁵⁷ SONTAG, Susan. *Doença como metáfora*. AIDS e suas metáforas. São Paulo: Companhia de Bolso, 2007, p. 12.

⁵⁸ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Sensibilidades: escrita e leitura da alma. In: _____. *Sensibilidades na história: memórias singulares e identidades sociais*. Porto Alegre: EDUFRGS, 2007, p. 9-21.

olhar encontrar as sensibilidades dos sujeitos portadores da peste bubônica e a forma com que as metáforas são construídas e resignificadas.

As singularidades em vez das generalizações. Em geral os fatores em ação “em epidemia são tão numerosos, e as formas pelas quais são anulados ou tiram proveito dos demais são tão obscuras, que poucas generalizações podem ser extraídas”⁵⁹, abrindo margem assim para a percepção de eventos singulares, do aparecimento de histórias particulares. Assim, partindo dessas singularidades que observo nas histórias individuais a presença das sensibilidades, de suas metáforas.

Vejamos a seguinte correspondência:

Acaba de ser preso aqui e recolhido a cadeia pública um empregado da casa do Monsenhor Salles, venerando vigário desta paróquia, pelo simples motivo de se ter negado a carregar um pestoso para o cemitério. O rapazinho foi preso quando conduzia uma bandeja de café para as cantoras da matriz, apoz a celebração da missa conventual. Porque ia assim accupado negou-se a attender a insólita exigência, e embora allegasse um justo motivo foi autoritariamente recolhido entre os criminosos.⁶⁰

Poderíamos simplesmente afirmar que o “rapazinho” negou-se a ajudar aqueles que levavam seu ente querido para o sepultamento após a terrível doença. Assim esqueceríamos, por exemplo, as outras faces da história. Ora, é notório que a negação do rapazinho deveu-se pelo fato de portar o medo comum a todos os demais indivíduos da sociedade campinense: o contágio da doença. Daí a preferência pela prisão. A dor da prisão seria temporária e asseguraria sua integridade física, estaria distante dos pestilentos. Por outro lado, a escolha do rapazinho parece ter-se dado de forma involuntária, escolheu-se ele, quando poderia ter sido qualquer um. Amedrontados, talvez outras pessoas tivessem a mesma postura.

A família do pestilento, naquele instante, passava pela mesma situação que envolvia medo. Ninguém queria a peste, pois, o medo e a rápida expansão da morte deixavam a população em polvorosa. Seus impactos sobre as pessoas, famílias e cidades são muito expressivas. A dor da família era dupla: primeiro pelas ações trágicas trazidas pela peste, que ainda poderia se alastrar para outros membros, depois, a morte, a perda de um ente querido que despertassem emoções como a dor, o medo, a saudade, a raiva, o desdém. Mesmo compadecido, o rapazinho, prefere não realizar a ajuda pelo medo de trazer para si o mesmo destino.

⁵⁹ NASCIMENTO, Dilene Raimundo do; CARVALHO, Diana Maul. A doença revelando a história. In: CARVALHO, Diana Maul; NASCIMENTO, Dilene Raimundo do. *Uma história brasileira das doenças*. Brasília: Paralelo 15, 2004, p. 13-30.

⁶⁰ *A Imprensa*, 7 out. 1912.

Outro aspecto que impressiona é a postura do Monsenhor Salles que enquanto padre da cidade e patrão do rapazinho não fez sua defesa. Por que não teria se oferecido o próprio Monsenhor para realizar o cortejo fúnebre? Ao certo pelo mesmo motivo do rapaz: medo. Dessa forma, entende-se que as epidemias impõem aos homens dilemas comuns como a angústia, o medo da morte, ou da desagregação social, o desejo de salvar-se do perigo, as imposições da satisfação das necessidades da sobrevivência cotidiana, a importância da capacidade de entender e explicar uma experiência que escapa às estruturas lógicas e emocionais da existência comum. É justamente o impacto sobre a vida cotidiana, ou melhor, pela mudança de curso da vida que as pessoas renegam. Sonhos, desejos, paixões, necessidades, afetos, são destruídos pelo menos no imaginário popular para aqueles que possuem seus corpos infectados pela peste.

“[...] embora alegasse um justo motivo foi autoritariamente recolhido entre os criminosos”. A justiça do motivo não fora respeitada. Da mesma forma que o vigário também foi omissivo em relação ao pestilento, os policiais também o foram. Poderiam simplesmente em vez de estar buscando uma vítima – rapazinho – para levar outra vítima – pestilento –, poderiam ter executado o serviço. Mas a violência da moléstia os intimidava, pois os medos e os comportamentos coletivos da sociedade nos revelam permanências ou continuidades em relação a reações e atitudes coletivas diante de ameaças epidêmicas da peste. É um comportamento arquetípico tributado pelo medo.

Dessa forma, entende-se que é no passado que encontramos experiências singulares de percepção e representação do mundo, porém, as marcas de historicidade deixadas nos permitem ir além da lacuna, do silêncio, do vazio. Nos permite recuperar sensibilidades e perceber que esse fato não é apenas “sentir da mesma forma, mas tentar explicar como poderia ter sido a experiência sensível de um outro tempo pelos rastros que deixou.”⁶¹ No mundo do sensível os homens deixam através das fontes as marcas de seus sentimentos e valores. Na correspondência, nos deparamos com essas sensibilidades presentes na vida dos personagens envolvidos – padre, rapazinho, pestilento, policiais – assim como, na vida de tantas outras pessoas que se enchem de medo do mal.

Metaforicamente, Susan Sontag afirma ser o câncer uma enfermidade do tempo e do espaço, pois suas principais metáforas referem-se a topografia, se espalham pelo corpo, está em difusão, os tumores são cirurgicamente extirpados e sua conseqüência mais temida, exceção feita a morte, é a mutilação ou a amputação de uma parte do corpo. No câncer, toda

⁶¹ Apud PESAVENTO, 2007, p. 21.

luta se passa no interior do corpo, a peste bubônica não somente. A principal metáfora da bubônica é rápida destruição do corpo fazendo o seu portador definhando e rapidamente morrer. Também pode ser considerada uma doença de espaço, pois enquanto o câncer se passa no interior do corpo, a peste vai além, extrapola as fronteiras da pele, invadem as casas, as ruas, as cidades, os objetos. Daí a necessidade de adotar sérias medidas higiênicas. A morte é sem dúvida a consequência mais temida pelos pestilentos. A peste age de forma veloz, o eufemismo padrão nos obituários é de que a pessoa “morreu delirando rapidamente, sem muita dor.” Enfim, a peste não é uma doença do tempo, pelo contrário, destroem sonhos, desejos, famílias, amores, a vida.

Considerada no imaginário popular como uma doença da pobreza, da privação, dos corpos escassos, das roupas sujas, das casas sem ventilação, da higiene precária e da alimentação inadequada, a peste ganha espaços de proliferação muito rapidamente. Os espaços insalubres são seus lugares privilegiados para a festa dos ratos, os corpos lugares galgados pela bactéria.

É necessário destacar que em contraste com a mitologia popular sobre o *mal pestilento*, muitas de suas vítimas morreram de forma abrupta, rápida, violenta, outros conseguiram através de seruns, rezas, crenças, porções alcançar a cura. Pobres e ricos foram acometidos, porém, nem todos os enfermos tiveram os bubões. Mas a mitologia popular fez-se muito forte. Sem dúvida a peste é uma doença do corpo, pois ataca-o por inteiro e não revela nada de espiritual, destina-se apenas a forma como “o corpo é, de modo totalmente deplorável, apenas o corpo.”⁶²

A peste era provavelmente vista como algo repugnante, a exemplo do câncer hoje em dia, um fato terrível, uma doença incurável. Porém, uma doença que revelava a sensibilidade, a exemplo da tristeza, passando a ser um sinal de refinamento, de sensibilidade, de impotência. A tristeza e a melancolia eram emoções que se misturavam para aqueles que beiravam o último episódio da vida.

Se compararmos a tuberculose com a peste bubônica, percebemos que a primeira era entendida como uma doença que isolava a pessoa da comunidade. Por maior que fosse “sua incidência sobre a população, a tuberculose – como o câncer hoje em dia – sempre pareceu uma misteriosa doença de indivíduos, uma flecha certa que podia alvejar qualquer pessoa e que escolhi suas vítimas individualmente, uma a uma”⁶³, já a bubônica acometia cada pessoa como membro de uma sociedade assolada, não fazia distinções, não escolhia de forma

⁶² Apud SONTAG, 2007, p. 22.

⁶³ Idem, p. 37.

individualizada, pelo contrário, era uma doença de massas, adoecia o coletivo, todos os membros da sociedade campinense estavam sob a mira à bactéria. Em casos de morte por peste, era comum queimar as roupas e outros pertences de uma pessoa que morria do mal. Em algumas cidades invadidas pela “doença de cangaceiros”, como Santa Maria no Rio Grande do Sul, queimaram toda a casa dos pestilentos, incluindo mobília, portas, piso, objetos pessoais. A peste era aterrorizante não só pelo contágio, mas também pelas feridas aparentes que explodiam pelo corpo. “Por que eu?” deveria ser a pergunta que o portadores da peste deveriam se fazer quando a contraíam, assim como a mesma pergunta é feita por aqueles que descobrem portar o câncer.

As doenças foram historicamente utilizadas como metáforas para reforçar acusações sobre como uma determinada sociedade era corrupta ou injusta. A metáfora da peste cria a rejeição pela cidade, pelo doente. Da mesma forma que a cidade exclui o doente enviando-os para lazaretos construídos especificamente pra afastá-los do bom convívio e evitando o contágio aos demais, a cidade também é vista de lado, o contato com outras cidades é estagnado, a cidade fica isolada. Assim foi com Campina Grande. A rainha solitária durante os meses de peste. Conforme entrevista do Dr. Teixeira de Vasconcelos publicada pelo jornal *A Imprensa*, a peste bubônica era a “peste de um dia de viagem da capital.” Todo o cuidado era pouco. A metáfora do medo para a cidade da Parahyba a mais representativa.

As doenças que nos possibilitam observar inúmeras metáforas podem ser vistas de duas formas: as dolorosas, mas, curáveis, e as possivelmente fatais. Assim a imagem da doença é utilizada para exprimir a preocupação com a ordem social. Tal imagem evidenciou claramente em Campina Grande que a saúde pública era algo desejado em 1912, para isso era necessário combater o mal, deveria varrer a doença dos aposentos da Rainha, combater a sujeira, os monumentos de lixo, o triunfo da porcaria. Tais metáforas não projetam a idéia de uma doença dominante e específica, pois o que está em questão é a saúde pública.

Referências

Bibliografias

BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

FOUCAULT, Michel. *A microfísica do poder*. São Paulo: Graal, 2009.

Great Western – A chegada do trem a Campina Grande. Direção de Milto. Campina Grande. 2009. 9:56 mim. Vídeo. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=It84pggaQHY>>. Acesso em: 10 abr. 2011.

LE GOFF, Jaques. *As doenças tem história*. Lisboa: Terramar, 1985.

LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, G. Condenado pela raça, absolvido pela Medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitário da primeira República. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (Orgs.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz/FCBB, 1996.

LIRA, José Tavares Correia de. Recortes da cidade: códigos da divisão e da vida comum no império. *VI Seminário de História da Cidade e do Urbanismo*, Natal, n. 6, , p. 65-91, 2000.

NASCIMENTO, Dilene Raimundo do; CARVALHO, Diana Maul. A doença revelando a história. In: CARVALHO, Diana Maul; NASCIMENTO, Dilene Raimundo do. *Uma história brasileira das doenças*. Brasília: Paralelo 15, 2004, p. 13-30.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Sensibilidades: escrita e leitura da alma. In: _____. *Sensibilidades na história: memórias singulares e identidades sociais*. Porto Alegre: EDUFRGS, 2007, p. 9-21.

SONTAG, Susan. *Doença como metáfora. AIDS e suas metáforas*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2007.

VELOSO, Ricardo Grisi. História de A Imprensa. *Caminhando Juntos*. Páscoa não deve ser só chocolate. João Pessoa, n. 8, p. 5, abr. 2003.

VIGARELLO, Georges. *O limpo e o sujo*. Uma história da higiene corporal. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

Fontes

Jornal *A União* (1912)

Jornal *A Imprensa* (1912)

Recebido em março de 2011; aprovado em junho de 2011.